

Um Estudo comparativo das filosofias da história de Kant e Hegel

A Comparative Study of the philosophies of history of Kant and Hegel

Franscimere Cordeiro Souza¹

Resumo: O presente artigo procura analisar e ampliar a compreensão das filosofias da história de Kant e Hegel, para tanto é preciso recorrer-se ao século XVIII conhecido como o século do Iluminismo. Este período foi caracterizado por diversas mudanças sociais, políticas, econômicas e religiosas, pelo qual a razão para o iluminismo era o ponto chave para que pudessem explicar todos os acontecimentos históricos de forma racional. Para o filósofo Kant os produtores da história seria o povo juntamente com seus Heróis históricos, que seguem a ética e a moral e que no fim de tudo a sociedade atingiria a razão absoluta, formando um Estado ideal e de acordo com Hegel, a história seria o palco da caminhada em busca da eticidade para que a sociedade pudesse atingir a sua liberdade.

Palavras chave: Filosofia. Razão. História.

Abstract: This paper aims to analyze and increase the comprehension of the philosophies of history of Kant and Hegel. In order to do so, it is necessary to fall back on eighteenth century, known as the century of the Enlightenment. This period was marked by several transformation on social, political, economy and religious field through the conception of reason, a key point of the Enlightenment to explain the history in a rational way. To the philosopher Kant, history makers would be the people and their historic heroes who follow the ethic and the moral in order to achieve the absolute reason able to build the ideal State. To Hegel, the history would be the stage of the ethic searching where society attains its freedom.

Key Words: Philosophy. Reason. History.

Introdução

O objetivo principal deste texto é proporcionar uma visão temática panorâmica das principais características da filosofia da História iluminista e idealista do século XVIII e início do século XIX. Pretende também discutir as principais contribuições dos filósofos que se dedicaram a escrever uma história racionalizada, mas de caráter teleológico. Kant e Hegel, os autores utilizados para a presente reflexão, acreditavam ambos, em um processo longo e duradouro da sociedade para alcançar a liberdade da razão e um estado perfeito. As reflexões como razão e metafísica são trazidas no desenrolar de todo o texto, bem como as

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Iporá. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Linguagens, Historiografia e Cultura (NEPLHIC). Data de submissão 04/02/2015 e aceite em 01/07/2015. Contato: franscimere@gmail.com

especulações sobre o sentido da História e do futuro da humanidade. Para melhor entendimento das filosofias da História é preciso recorrer-se ao século XVIII, conhecido como o século do iluminismo. Destaca-se ele como um período carregado de diversas mudanças sociais, políticas, econômicas e religiosas. A Revolução Francesa contribuiu de modo significativo para as transformações então ocorridas, pois foi uma enorme movimentação de pessoas que lutavam por liberdade, igualdade e fraternidade.

Defendendo principalmente a liberdade econômica, pela qual o Estado não poderia interferir de forma alguma na economia, a Revolução Francesa e o Iluminismo se opunham à sociedade extremamente conservadora da época, dividida em estamentos e pautada na vontade soberana de um rei. O foco principal dos iluministas era acabar com esse poder denominado “*Antigo Regime*”, ou seja, queriam descentralizar de vez o poder, até então nas mãos do clero e da nobreza, e organizar um sistema em que o povo pudesse ditar as regras.

A ciência era mal vista pelo clero, que acreditava ser a vontade divina a explicação de todos os acontecimentos. Vivia-se o teocentrismo: tudo era explicado por meio da igreja e pela vontade de um rei direcionado por Deus. O Iluminismo reagiu com ideias totalmente contrárias, ou seja, promoveu o antropocentrismo e, ao mesmo tempo, a ciência como razão absoluta, o que acabava por transferir para essa todo o poder do rei e da igreja, exaltando-a como solução de todos os problemas sociais. O antigo regime representava, para os iluministas, “*trevas*” e a razão, “*luz*”. Propunham, então, um novo sistema, no qual as trevas não existiriam mais, pois a luz da ciência seria capaz de desmistificar todo e qualquer questionamento. A razão, para o iluminismo, era o ponto chave para que se pudessem explicar todos os acontecimentos históricos e extinguir o absolutismo monárquico implantado em toda Europa. José D’Assunção Barros, em seu livro “*Teoria da História*” (2011), afirma que a ideia de teoria da história permanece diretamente relacionada ao surgimento das discussões de cientificidade da história, ou seja, os primeiros indivíduos a discutirem a razão e a cientificidade como sendo o ponto fundamental para o desenvolvimento da história enquanto ciência deram origem à teoria da história.

[...] começaremos a assistir, da metade do século XVIII em diante, à emergência das “filosofias da história” como a de Kant ou Herder, esse novo gênero literário-filosófico que, em 1830, culminará com a “filosofia da história” de Hegel, o que já constitui um desenvolvimento importante.

Mas será apenas com a afirmação de uma pretensão à cientificidade historiográfica e com a delimitação de uma nova especialização centrada na figura do historiador – o que incorrerá na concomitante formação de uma “comunidade de historiadores” que já se deixa entrever na passagem do século XVIII para o século XIX – que se estabelecerão efetivamente as condições epistemológicas para que sejam trazidas para o centro da discussão historiográfica as questões teóricas, ao lado das questões metodológicas (BARROS, 2011, p. 104).

Kant e Hegel, de acordo com Barros (2011), são os pioneiros nas discussões que envolvem a teoria da história, justamente por terem a razão e a ciência como o centro de suas afirmações. Segundo Kant, os produtores da história seriam o povo juntamente com seus heróis históricos, que seguem a ética e a moral e, no fim de tudo, a sociedade atingiria a razão absoluta, formando um Estado ideal. Para Kant e Hegel, a história seria o palco da caminhada em busca da moral e da razão para que a sociedade pudesse atingir a sua liberdade.

É no século XVIII que as filosofias da história começam a surgir como um gênero específico, com autores como Voltaire, Herder ou Kant, estendendo-se depois até Hegel. Posteriormente conhecem um certo declínio diante da emergência da historiografia científica e daquilo que já poderemos entender como “teorias da história” (BARROS, 2011, p. 119).

O Iluminismo trouxe à sociedade características questionadoras, as pessoas passaram a se perguntar sobre tudo ao seu redor e especulavam sobre um sentido e um futuro para a história. Kant e Hegel, por meio de uma linha histórica, traçaram um futuro ao qual a sociedade chegaria em conjunto e buscaria explicações filosóficas e metafísicas para a finalidade da humanidade.

A sociedade é vista por eles de modo universal, não estando à particularidade entre suas preocupações. Em suma, o Iluminismo e a Revolução Francesa contribuíram enormemente para a exaltação da ciência e da razão. O clero e a nobreza não permitiam questionamentos, adotando sempre uma única explicação: porque assim Deus quis. A partir desse rompimento político, o antigo regime foi derrubado e a ciência passou a ter mais autonomia na sociedade.

As ideias iluministas, que colocam a razão e a ciência em posição dominante, permitiram o aparecimento das ideias de filósofos que contribuíram com uma verdadeira teleologia para a humanidade, entre os quais Kant e Hegel, que tratam de um novo Estado, ou seja, uma nova ordem política. Este artigo trata dos principais aspectos das filosofias de

Kant e de Hegel, que muitas vezes se aproximam e outras vezes se distanciam, mas que discutem princípios que contribuíram na formação das filosofias da história.

Immanuel Kant e a natureza

A obra utilizada aqui como referência é “*A ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*”, escrita em 1784 por Kant, que se posicionou como um historiador teleológico, pois propôs um sentido para a história, conseguindo naquele momento fazer a junção entre razão e filosofia, propondo um destino para a humanidade.

De acordo com Kant, as ações da humanidade são direcionadas por leis consideradas universais. Segundo ele, a sociedade não segue livremente um caminho, mas é direcionada e, mesmo que o corpo social não o perceba, as manifestações das leis universais determinam os acontecimentos históricos. Essa ação universal faz parte do plano oculto da natureza. “*O que se mostra confuso e irregular nos sujeitos individuais poderá ser reconhecido, no conjunto da espécie, como um desenvolvimento continuamente progressivo, embora lento, das suas disposições originais*”. (KANT, 1784, p. 3). Aqueles episódios que se mostram sem razão e sem fundamento para certo grupo de pessoas se tornam um benefício quando se trata da totalidade. A vida, a morte, o curso da natureza no processo em que as plantas crescem e dão frutos são direcionados por leis naturais. A sociedade pensa estar plantando, gerando filhos, se dando em casamento por sua vontade própria, mas, segundo Kant, todos esses acontecimentos não fogem dos planos das leis naturais pelos quais a humanidade reage, com um propósito, um fim e um direcionamento.

Os homens enquanto indivíduos e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para a sua realização, e, mesmo que conhecessem tal propósito, pouco lhes importaria (Idem. p. 4).

No entanto até mesmo os pequenos acontecimentos, sem grande importância, contribuem de modo significativo para o cumprimento da vontade de leis universais. Acredita-se que essas leis coordenam uma humanidade sem propósito e fazem com que ela siga um ideal próprio. Segundo Kant “*Todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente e conforme um fim*” (Ibidem, p. 5). Destaca a importância do fio condutor da razão, que determina e pensa uma doutrina teológica e filosófica para a humanidade, apresentando um esquema que leva a sociedade a um fim perfeito. É como se as pessoas não fossem capazes de perseguir por si sós um fim

que beneficiasse a todos, por isso as leis naturais possuem o papel de determinar os acontecimentos históricos, propondo um fim único. A segunda proposição afirma que “*No homem (única criatura racional sobre a terra) aquelas disposições naturais que estão voltadas para o uso de sua razão devem desenvolver-se completamente apenas na espécie e não no indivíduo*” (Ibidem, p. 5). Isto é, as leis podem ser aplicadas à vida de um só indivíduo, mas o propósito dessa aplicação terá efeito em toda a espécie. Não significa que essas leis estão preocupadas com um só indivíduo, mas que as ações por ele praticadas interferem no esquema filosófico que abrange toda a espécie humana. É como se o particular interviesse em toda a trajetória do universal. De acordo com a terceira proposição,

A natureza quis que o homem tirasse inteiramente de si tudo o que ultrapassa a ordenação mecânica de sua existência animal e que não participasse de nenhuma felicidade ou perfeição senão daquela que ele proporciona a si mesmo, livre do instinto, por meio da própria razão. (Ibidem, p. 6).

Essa proposição afirma que a razão deve estar acima de qualquer instinto animal e é ela que mostra o caminho da perfeição e da felicidade. O homem não deve ser guiado pelos seus instintos, “[...] *pelos quais a natureza não lhe deu os chifres do touro, nem as garras do leão, nem os dentes do cachorro, mas somente mãos [...]*” (KANT, 1784, p. 7). Ele deve usar a razão e o raciocínio para que possa atingir a liberdade e a sobrevivência no mundo. A quarta proposição destaca: “*O meio de que a natureza se serve para realizar o desenvolvimento de todas as suas disposições é o antagonismo delas na sociedade, na medida em que ele se torna ao fim a causa de uma ordem regulada por leis dessa sociedade*” (Idem, p. 8). Essa proposição tira toda a importância da sociedade e sua capacidade de agir de modo que promova o êxito da espécie humana, pois, de acordo com Kant, as ações do homem levam ao isolamento e ao egoísmo, deixando de lado a ideia universal. De acordo com as leis da natureza, o homem por si só não faz reflexão sobre o que é melhor para a sociedade. É como se a natureza soubesse o que é certo para a condução das espécies.

A racionalidade da natureza, segundo Kant, estaria sempre pronta a reciclar em favor do bem coletivo e do progresso da humanidade as ações interesseiras e individualistas dos homens. Assim, a vaidade humana produziria a inveja competitiva, e das ações de dominação geradas por esta punha-se em movimento o próprio progresso da humanidade, ultrapassando-se a preguiça natural que teria conservado a humanidade estabilizada em um estado primitivo, caso este processo não se desenrolasse. (BARROS, 2011, p. 78, Vol. 2).

Segue a ideia central da quinta proposição, pela qual *“O maior problema para a espécie humana, a cuja solução a natureza a designa, é alcançar uma sociedade civil que administre universalmente o direito”* (KANT, 1784, p. 10). As leis naturais apontam uma constituição perfeita, que valoriza a liberdade dos indivíduos, ou seja, uma constituição moral interior e exterior impecável que funciona de modo racional e que acredita na unificação política da espécie humana. Segundo a sexta proposição,

Este problema é, ao mesmo tempo, o mais difícil e o que será resolvido por último pela espécie humana. A dificuldade que a simples ideia dessa tarefa coloca diante dos olhos é que o homem é um animal que, quando vive entre outros de sua espécie, tem necessidade de um senhor. (Idem, p. 11).

Destaca-se a preocupação da natureza em não deixar que o homem tome suas próprias decisões por ele se preocupar com o particular e não com o universal, abusando de sua liberdade. A humanidade anseia por um Senhor que a coordene e essa é a parte mais difícil, pois, na ideia de Kant, os homens são incapazes de exercer tal atividade sem falhar *“e, quando isso acontece, ocorre somente muito tarde, após muitas tentativas frustradas”* (Ibidem, p. 12). Destacam-se aqui os grandes heróis que são movidos pela natureza, é por meio deles que as leis universais atingem seus ideais. Reza a sétima proposição que *“O problema do estabelecimento de uma constituição civil perfeita depende do problema da relação externa legal entre Estados, e não pode ser resolvida sem que este último o seja”*: (Ibidem, p. 12). Isso significa que as guerras entre os Estados, os desentendimentos da sociedade se tornam empecilhos para a unificação deles. A proposta do autor é que, para melhor desenvolvimento e progresso da humanidade, os Estados devem se unificar e pensar juntos os meios que beneficiem toda a espécie humana de modo universal, para que a humanidade alcance uma constituição perfeita. A oitava proposição afirma que

Pode-se considerar a história da espécie humana, em seu conjunto, como a realização de um plano oculto da natureza para estabelecer uma constituição política perfeita interiormente e, quanto a este fim, também exteriormente perfeita, como o único estado no qual a natureza pode desenvolver plenamente, na humanidade. (Ibidem, p. 17).

A natureza usa a espécie humana para a realização de seus desígnios, ela prepara o homem para que ele possa trabalhar a favor da vontade das leis da natureza. Para atingir seus objetivos, ela concede aos homens a razão para realizar os seus projetos. Para Kant a humanidade alcançará o auge da razão e começará a despertar para a importância da manutenção da sociedade como um todo. Segundo ele, depois de tantas tentativas em

várias resoluções e depois de diversas transformações, finalmente a humanidade chegará a um estado perfeito, cosmopolita e universal e, com efeito, poderá responder a todas as nuances da humanidade. Na nona e última proposição, Kant afirma: *“Uma tentativa filosófica de elaborar a história universal do mundo segundo um plano da natureza que vise à perfeita união civil na espécie humana deve ser considerada possível e mesmo favorável a este propósito da natureza”*. (Ibidem, p. 12). O que o autor quis dizer é que, mesmo sendo uma visão filosófica, mesmo em meio à liberdade humana, a natureza tem o controle sobre todos e age na história por meio de homens racionais para desenvolver seu plano considerado oculto aos olhos sociais.

A natureza usa heróis como Napoleão Bonaparte, por exemplo, para atingir seu objetivo de modificar todo o curso da história. Pessoas nascem e morrem, mas a natureza não se preocupa com isso, pois ela necessita da espécie humana para desenvolver suas leis e sabe que a espécie terá vida eterna, pois as leis naturais trabalham para este fim: a não extinção dessa espécie que possui condições de pensar de modo racional. Ricardo Terra (2004) chega à conclusão de que a sua filosofia é empirista, pautada na experiência racional e considera a natureza como o fio que conduz a humanidade. Essa filosofia não se mostra preocupada com a cultura dos povos, não faz comparações entre uma civilização e outra, não busca as causas de uma instituição, *mas se preocupa com o dever da humanidade* e com que caminho ela está tomando, inquieta-se em saber se a sociedade caminha para a razão, ou se não tem agido racionalmente em busca do progresso. *“Mas essa questão poderá ser resolvida de outra maneira, sendo desenvolvida na forma da pergunta pelo progresso – estará a humanidade em constante progresso?”* (TERRA, 2004, p. 45). Acredita-se que a humanidade deva sempre seguir o rumo do progresso, pois é por meio dos homens que a natureza escolhe realizar seu plano. *“Então deve acontecer no gênero humano [...] alguma experiência que, como acontecimento, indica sua disposição e capacidade de ser causa de seu progresso [...] para o melhor e (já que deve ser o ato de um ser dotado de liberdade) ser a causa do mesmo”*. (TERRA 2004, p. 45-46). Acredita-se que a humanidade vivencia um progresso social quando se dota de liberdade. O corpo social é o maior alvo das vontades das leis da natureza, pois é coberto de razão, ou seja, pensa de modo racional. Ao munir o homem de razão, Kant aponta que ele não deve governar por seu instinto, mas extrair de si mesmo a inteligência. Conclui-se que a razão governada pelas leis da natureza leva a humanidade ao progresso.

O essencial da argumentação desenvolvida por Kant reside em mostrar que os indivíduos, imersos no movimento histórico, estariam sempre perseguindo a realização de seus propósitos particulares sem perceber que, na verdade, estariam a cada momento colaborando para um propósito da natureza. (BARROS, 2011, p. 78, Vol. 2).

A consciência de seu fim leva a humanidade a lutar a favor de seus projetos, ou seja, a trabalhar em prol de um futuro melhor, mas na realidade os planos da sociedade se materializam em um plano maior da natureza. Observa-se que as leis obrigam o indivíduo a fazer um esforço particular, por meio do trabalho, dos estudos e assim alcançar uma realização pessoal, que na verdade é de vontade universal das leis naturais. Para que a natureza realize seus desígnios, o homem deve viver em sociedade. No entanto, em sociedade, o homem, por um lado, tem um impulso de viver com outros indivíduos e, por outro, tem o desejo de isolar-se. “Kant estuda a natureza humana, em que as boas disposições morais coexistem com as inclinações egoístas e encontram, mesmo assim, um plano da natureza [...]” (TERRA, 2004, p. 45-48). Esse antagonismo entre sociabilidade e insociabilidade é o meio de que a natureza se utiliza para levar a cabo o desenvolvimento de todas as disposições morais da humanidade.

Vê-se logo que este resultado que continua numa distância incomensurável não depende tanto do que fazemos (por exemplo, da educação que damos à juventude) e do método segundo o qual devemos proceder para realizá-lo, mas sim do que a natureza humana fará em nós e conosco, para nos obrigar a seguir uma via à qual nós, por nossa conta, não nos sujeitaríamos facilmente. (Ibidem, p. 48).

Nenhum esforço da sociedade contribui para o progresso da humanidade, pois, pelo altruísmo social, não seria fácil atingir tais interesses da natureza e suas leis. “O progresso dependerá, em um primeiro momento, mais daquilo que a natureza humana forçará os homens a fazer do que de sua ação consciente”. (Ibidem, p. 48). Em meio ao egoísmo da sociedade, Kant afirma que a natureza consegue exercer seu plano, os impulsos não são da humanidade, mas sim da natureza por meio da sociedade. Nas condições da natureza, o homem deve permanecer em sociedade, ou seja, viver em meio às pessoas relacionando-se o tempo todo. Mas ocorre o antagonismo entre sociabilidade e insociabilidade, tendo, essa última, “um papel fundamental como estímulo ao desenvolvimento”. (Ibidem, p. 62). Esse conflito na espécie levará o homem ao progresso, ou seja, o individualismo fará com que o homem tenha vontade de crescer intelectualmente, pelo fato de existirem exigências e concorrências na sociedade, na qual os fortes sobrevivem. Essas disputas trarão o desenvolvimento social da humanidade.

Kant, de forma teleológica, propõe um horizonte de espera que será o da sociedade civil unificada universalmente. “*O Estado é um poder legal que exprime o todo e garante ‘o meu e o teu de cada um’, como também possibilita que seus membros possam ser realmente cidadãos; ou seja, que tenham a liberdade legal, a igualdade e a independência civil*”. (Ibidem, p. 54). A visão de Kant é que a humanidade caminha lentamente para o progresso seguindo as leis naturais e que no fim alcançará um estado perfeito, uma união de um conjunto de pessoas indo em direção de leis jurídicas que atentam perfeitamente para toda a humanidade. A ausência do direito na sociedade será excluída e o povo obterá uma união efetiva visando à constituição de uma república, momento em que a espécie humana chegará à liberdade. As leis de uma república não se mostram teoricamente, mas seguem um propósito prático, pelo qual “[...] seu conjunto sempre progride em direção ao melhor, isto não é autorizado a ser admitido por nenhuma teoria, mas a pura razão da prática [...]” (Ibidem, p. 66). Nessa sociedade civil acabará o estado de guerra, pois ela atingirá a paz e a regularidade em atender o direito de todos, ou seja, será uma sociedade civil universal capaz de legitimar o direito universal. Tal direito deverá estabelecer harmonia entre os interesses particulares e os interesses universais da sociedade. Em suma, a história da espécie humana é a realização de um plano oculto da natureza para produzir uma constituição política perfeita que se materializará na constituição civil universal. Apenas nessa unificação política é que o homem alcançará a liberdade e os sujeitos utilizados pela natureza para exercer seu plano oculto do espírito são os homens e seus heróis.

Wilhelm Hegel e a razão na história

A obra que por base é tomada e segue como referência é “*A razão na história*”, de George Wilhelm Friedrich Hegel, introduzida por Roberto Hartman, que aponta as principais ideias de Hegel enquanto filósofo da história.

As suas lições sobre a Filosofia da História Universal, publicadas em 1830, tanto estabelecem uma reflexão filosófica sobre a História, como haviam feito os filósofos iluministas da geração que o precedera, como também já intentam realizar esta História como “*Marcha da Razão*”, bem à maneira iluminista, e sustenta que não são mais do que faces desta mesma razão a multidiversificação que poderia ser encontrada em todos os povos com seus respectivos desenvolvimentos históricos. Existiria uma espécie de “*vontade divina*”, uma “*Razão que rege o mundo*”, por trás do incessante movimento histórico, que Hegel compreenderá a partir de uma perspectiva dialética que discutiremos mais adiante. Essa razão, contudo, não deve ser em Hegel entendida como uma perspectiva

teológica, à maneira das antigas historiografias cristãs que teriam seu auge no século XVII. A razão não governaria o mundo de maneira arbitrária, pontuando a sua história com milagres. Ao contrário, haveria uma racionalidade a ser percebida, uma lógica interna ao desenvolvimento do mundo humano, da qual os milagres estariam necessariamente excluídos. O real, para Hegel, é racional. E o Racional, Real. (BARROS, 2011, p. 78, Vol. 2).

Sua ideia de história traz à tona o poder do divino enquanto condutor dos acontecimentos históricos. Na busca de um sistema unificador dos Estados Alemães, Hegel se destaca como o principal ícone do chamado idealismo Alemão. Em Hegel, *“A influência de sua filosofia confirma sua tese de que, através dos homens, a Razão universal molda a história”*. (HARTMAN apud HEGEL, 2001, p. 10). Para ele a história é conduzida pela razão, pela qual os homens exercem a responsabilidade de levar a história ao progresso. É uma história com resquícios filosóficos, na qual Hegel foi *“[...] o filósofo que equiparava o que é ao que devia ser [...]”* (Idem, p. 10). Uma especulação da história, na qual as ideias filosóficas passam a responder aos questionamentos das pessoas em relação ao futuro. Sua filosofia o levou a tratar dos processos de autorrealização do espírito na direção da liberdade, esse que é o principal agente condutor da história, e que conduz a humanidade à autonomia de libertação. Hegel se contrapôs à história linear defendida por Kant, pois não acreditava em um curso histórico que caminhasse cronologicamente, pelo qual os personagens históricos agissem de forma lógica, apresentando início, meio e fim. Ele indicou uma filosofia repleta de contradições, mas que caminha para o progresso e para a liberdade.

Em um sentido quase literal, um pensamento “dá” o próximo — tese levando à antítese, e ambos à síntese, a última servindo como nova tese para um outro trem de pensamento abrangendo o primeiro e assim por diante *“ad infinitum”* — até que todo o mundo e todas as coisas estejam apanhados na cadeia da dialética. (Ibidem, p. 11).

Hegel apresenta uma sociedade em que a dialética determina o curso da história. A tese de um sujeito pode ser quebrada com a apresentação de uma antítese, que se transforma em uma síntese, que servirá como outra tese com riscos de ser derrubada por uma nova antítese apresentada por outro indivíduo com outros pensamentos e ideais.²

²A tese, a antítese e a síntese compõem a dialética Hegeliana, ou seja, a síntese ocorre na negação da tese e da antítese formando uma nova tese. É assim que a humanidade caminha para a liberdade, de acordo com

A tese sempre será quebrada por uma antítese formando outras teses e dessa forma a humanidade caminha. “*A História torna-se assim um dos grandes movimentos da Ideia, enraíza-se em um fluxo metafísico de alcance universal.*” (Ibidem, p. 11). Diante disso, a filosofia hegeliana acredita que a dialética movimenta a história, levando-a ao progresso. A influência da filosofia de Hegel atesta sua tese, que afirma que, através dos homens, a razão universal se consolida e, por meio da universalidade, a história vai sendo moldada. A história, por meio do objetivo universal, alcança o seu percurso racional. O objetivo universal é de elevar a história a um patamar racional e no fim alcançar a racionalidade completa na sociedade. Os objetivos universais caminham carregados de razão: “[...] tudo que é real é racional e tudo que é racional é real.” (Ibidem, p. 16). O racional torna-se naquilo que é real, verdadeiro, provável. O real e a razão é que conduzem a história por meio dos objetivos do espírito.

O inter-relacionamento entre o real e o meramente existente, o necessário e o contingente, vai em frente dialeticamente: a tese e a antítese contradizem uma à outra e a síntese preserva e continua o que vale a pena e é necessário nas duas. O processo dialético é assim, ao mesmo tempo, lógico, ontológico e cronológico. (Ibidem, p. 16).

A dialética de Hegel apresenta-se racionalmente o auto desenvolvimento do espírito, portanto negar a razão é negar a realidade. “*Tudo o que acontece no mundo tem não apenas um significado temporal, mas também lógico e ontológico*”. (Ibidem, p. 16). Tudo que acontece na história permanece sob os desígnios da razão universal. Essa dialética aponta contradições a partir do momento em que a tese é quebrada, mas, em meio às contrariedades, a humanidade continua a caminhar para o progresso desejado pelos objetivos universais. Hegel afirma que, mesmo que esse processo promova o antagonismo dentro da sociedade, o objetivo final do espírito é cumprido: no seu percurso os interesses individuais e os interesses coletivos levam para a finalidade desejada pelo espírito. “*A História, para Hegel, é o desenvolvimento do Espírito no Tempo, assim como a Natureza é o desenvolvimento da Ideia no Espaço Se compreendemos esta sentença, compreendemos a Filosofia da História de Hegel*”. (Ibidem, p. 20). O Espírito desenvolve-se no tempo e a Natureza no espaço, é como se o tempo e o espaço fossem o meio em que o Espírito e a Natureza cumprissem seus desígnios.

Hegel. A dialética Hegeliana não consiste em liberdade tal como a conhecemos, mas sim no estado universal, no qual a razão, as leis e as normas ditam a vida dos indivíduos.

“A História, para Hegel, não é a aparência, ela é a realidade de Deus. Para ele, não é a natureza que é divina, [...] mas a História”. (Ibidem, p. 20). Deus exerce o papel de condutor de suas vontades na história e na natureza. Deus possui forte ligação com o mundo, pois sem o mundo não se tornaria Deus. Ele passa a ser reconhecido na criação, ou seja, na natureza, pois Ele pode ser reconhecido por meio de sua criação. “Deste ponto de vista, podemos chamar o Tempo logicizado de dinâmica lógica espacializada ou Espaço, onde o Espaço e a dinâmica lógica são antíteses. Isto quer dizer que onde o Espaço for dinâmico o mesmo deve acontecer com o Tempo.” (Ibidem, p. 23). Na dialética de Hegel o espaço e o tempo são dinâmicos, ou seja, transformam-se no decorrer da vida, dando origem a novas antíteses. Ambos caminham juntos e, quando o espaço é modificado, o tempo também o é. Assim, fica claro que a história está tanto no espaço quanto no tempo, ela se manifesta na natureza e na mente, tornando-se, dessa forma, resultado das vontades do divino criador no tempo.

Destaca-se um espírito universal que se aplica no relacionamento entre a história e o indivíduo e que se concretiza no espírito, ou seja, o espírito materializa suas vontades por meio dos indivíduos históricos, contudo os homens são meros mortais ao passo que o espírito é imortal e infinito. “A tensão entre a transitoriedade da vida individual e a eternidade da história, entre o Espírito e suas próprias fases históricas, constitui a dialética da história” (Ibidem, p. 23). No decorrer do tempo e dos acontecimentos, as gerações são substituídas e a dialética vai formando e aperfeiçoando cada vez mais as relações da humanidade. “Na desintegração das fases particulares o Espírito ganha sua universalidade”. (Ibidem, p. 23). O espírito age no particular para obter resultados e respostas no total, assim o particular torna-se o principal contribuinte do universal. “O Espírito não é apenas dinâmico, não tem apenas um índice de progresso, não é, como se poderia dizer, quantitativo; ele também tem uma qualidade, um objetivo, uma direção”. (Ibidem, p. 24). O espírito age no particular, não para obter resultados de quantidade, mas, sim, para realizar um progresso coletivo. “Quanto mais o homem se desenvolve espiritualmente, mais ele se torna consciente de si mesmo e quanto mais ele se torna consciente de si mesmo, mais ele se torna ele mesmo — ou seja, livre”. (Ibidem, p. 24). Hegel acreditava na liberdade dos homens, dizia que a consciência de liberdade levaria o indivíduo ao progresso. O espírito e a liberdade caminham ligados e, juntos, progredem dialeticamente, vencendo os obstáculos da humanidade, que se manifestam na pobreza, na

fome, no frio, na doença e em todos os sentidos negativos que se expressam na sociedade, e que somente um estado desenvolvido e liberto poderá superar.

O universal se “esforça” em direção ao particular e o particular se “esforça” em direção ao universal. Esta luta é dada na própria natureza da vontade de Deus, que é a fonte de toda a criação. Apenas no reino humano ela emerge completamente em autoconsciência (HARTMAN apud HEGEL, p. 26).

A humanidade repleta de consciência e de liberdade contribui para a luta realizada pela natureza e pelo espírito, a participação do homem particular no universal faz com que o espírito realize suas vontades na humanidade. “*O Espírito Nacional como diferenciação do Espírito universal é que define toda a vida cultural de um povo, proporciona sua “Gestalt” nacional, seu clima e seu ambiente cultural*”. (Ibidem, p. 26-27). O espírito universal passa a se concretizar nas ações históricas da humanidade, deixando, assim, o estado de abstração. O espírito Nacional apenas se efetiva em estados formados, ou seja, em um espaço de liberdade organizada. “*Na organização do Estado, o Espírito atinge a objetividade concreta, que suplementa a subjetividade do indivíduo como tal*”. (Ibidem, p. 27). Destaca-se a importância do sujeito em liberdade de Estado, nos processos do cumprimento das vontades do espírito coordenado pela força divina. A ideia de Estado nacional significa que as civilizações, compreendendo seus objetivos de totalidade, levam seu espírito a outras nações, formando um Estado único, repleto de história, de significados históricos. “*A totalidade de todas essas civilizações é a Ideia quando se completou em plenitude absoluta no tempo infinito: a Ideia absoluta*”. (Ibidem, p. 28-29). A concepção de universalidade e de realização de um espírito absoluto se materializa no Estado nacional.

Existem quatro espécies de moralidade política presentes no homem: “*Temos um total de quatro espécies de homem em nosso texto: o cidadão, o indivíduo, o herói e a vítima — ou, como também se pode dizer, o que sustenta, o que transcende, o sujeito e o objeto da história*” (Ibidem, p. 29). O Estado condiciona a uma experiência racional, no entanto o cidadão deve ser racional e sua racionalidade executada no Estado. O Estado não é carregado de racionalidade, ele atinge a razão de acordo com o avanço da humanidade, ou seja, “*O Estado é moral apenas até onde a moral é realizada na Terra naquele momento.*” (Ibidem, p. 30). Existem alguns Estados menos racionais que outros, talvez porque seus cidadãos não atingiram certa moral ou não se realizam ou se encontram em sua própria nação. “*Assim Hegel funde, através do método dialético, o desenvolvimento do*

indivíduo com o de toda a humanidade [...]” (Ibidem, p. 30). Segundo Hegel, o estado atinge seu auge quando todos os cidadãos compartilham interesses próprios, pelo qual caminha juntos em busca de vantagens que beneficiem a toda a humanidade. O indivíduo é apenas um ser que está sujeito ao plano do divino, mesmo que não perceba. “[...] *Quanto a isso, este ser humano interior não está isento da dialética, nem mesmo da dialética hegeliana.*” (Ibidem, p. 34). Isto é, o indivíduo, quando não é dotado de racionalidade, não atrapalha o curso das vontades do espírito.

Entre o homem de moralidade relativa ou social e o homem de moral absoluta ou individual está o herói histórico, em quem o exclusivamente individual se funde com o universalmente social — com o Espírito do Mundo em direção à Ideia absoluta, a partir de uma fase relativamente histórica para a próxima (Ibidem, p. 35).

A razão universal, e/ou o espírito permitem que os heróis governem de acordo com seus desejos pessoais, acreditando estarem se satisfazendo no tempo e no espaço, enquanto que o herói, o cidadão e o indivíduo estão apenas cumprindo um destino mais amplo que é de vontade do espírito universal. “*O indivíduo enquanto matéria-prima para a eficiência histórica do Espírito do Mundo é essencialmente força, a força motor da história, cuja direção é determinada pelo Espírito*” (Ibidem, p. 34). Os heróis pensam estar cumprindo seus caprichos e desejos, mas, na medida em que os cumprem, o espírito está a par dos acontecimentos, permitindo que eles aconteçam para o benefício de toda a humanidade. A vítima torna-se homens que se encontram dentro do plano da história, ou seja, todo homem a partir do momento em que nasce já faz parte do curso da história. “*Não importa se o indivíduo vê ou não vê a situação histórica, ele é parte dela. Neste aspecto, seu destino é o destino histórico — ele é material histórico*”. (Ibidem, p. 37).

Com base nessa ideia, percebe-se o indivíduo como material histórico passivo diante das transformações do plano do espírito no mundo, sejam elas decepções ou não, e o propósito do espírito, com certas implicações, é o de aperfeiçoar cada vez mais os indivíduos que compõem a humanidade. Conclui-se que o cidadão, o indivíduo, o herói e a vítima, juntos, estão sujeitos à história universal que caminha com o propósito de exercer as vontades de leis superiores que buscam um estado ideal e perfeito composto por cidadãos aptos a exercerem seus direitos. Segundo Hegel, existem três métodos de escrever história: a história original, a reflexiva e a história filosófica. Heródoto e Tucídides foram os primeiros historiadores a se preocuparem com a veracidade e com a validade de uma história original, ou seja, se aconteceu de fato ou não. Heródoto “[...] *descreve aquilo que*

mais ou menos vivenciou ou o que pelo menos testemunhou como contemporâneo e trata de períodos de tempo breves e da apresentação individual de homens e acontecimentos [...]” (HEGEL, 2001, p. 45). Foram eles que começaram a separar a história dos mitos, das fábulas e das canções de folclore.

Hegel menciona Heródoto como o pai da história e fundador de métodos específicos, pelos quais se faz a separação da história e do mito, dando origem à história enquanto verdade. Destaca a história original escrita por homens que se dedicaram a sua legitimação durante a Antiguidade. A história reflexiva, que se manifesta no espírito, é distribuída em quatro especificidades, sendo a primeira universal, a segunda, pragmática e, sucessivamente, a crítica e a fragmentária. A história universal é o tratamento de toda a história de um povo. *“O espírito que fala através do escritor é totalmente diferente do espírito da época que ele descreve.”* (Ibidem, p. 47). Os historiadores, ao se posicionarem em determinados períodos, devem se aproximar ao máximo do tempo vivido para que possam narrar à realidade da história vivenciada pela sociedade da época. Dessa forma, o historiador, com um método e com a orientação do espírito, poderá narrar uma história universal composta pelos principais acontecimentos do passado. A história que busca examinar longos períodos históricos fica a cargo do espírito universal que conduz o historiador em sua escrita de reflexão, na qual ele não deve deixar de citar acontecimentos importantes e possuir o poder da síntese para a compreensão daquele que recebe a história.

De acordo com *“As reflexões pragmáticas, não importa o quão abstratas forem, pertencem realmente ao presente, e as histórias do passado são reanimadas para a vida atual.”* (Ibidem, p. 48). Essa história tem como objetivo aproximar o passado ao presente, para que o povo possa perceber no passado exemplos de vida. Em poucas palavras, a história é mestra da vida³. A cidadania e o sentimento de nação a serem legitimados na sociedade ficam a cargo da história pragmática que influencia no presente sentimentos de um passado único. A história crítica torna-se *“a avaliação de narrativas históricas e o exame de sua verdade e confiabilidade”*. (Ibidem, p. 49). Cabe ao historiador a análise

³Para discutir a história enquanto mestra da vida recorre-se à obra de François Hartog (2003) *Tempo, História e a escrita da História: A ordem do tempo. “Magistra, a exemplaridade vinculava o passado ao futuro enquanto um modelo a ser rivalizado pelo leitor. Na moderna concepção de história, a exemplaridade cede lugar ao unívoco.”* (HARTOG, 2003 p. 13). Ou seja, tem-se a história como uma mestra da vida, sendo um exemplo para o futuro às ações de todo o passado.

crítica de suas fontes em relação a sua veracidade. De acordo com essas análises, os historiadores posicionar-se-ão criticamente em relação a suas escritas e pesquisas. Segundo Hegel, a história fragmentária é simplesmente um fio externo de certa ordem de acontecimentos e, quando se junta, transfigura-se em parte de uma história universal. “[...] o Espírito, sua vontade racional e necessária, orienta e sempre orientou o fluxo dos acontecimentos mundiais” (Ibidem, p. 50). Pertence ao espírito o papel de conduzir certos fragmentos à junção com a história universal. A história reflexiva, que se apresenta em quatro itens, conduz a uma história filosófica. “A definição mais universal seria a de que a filosofia da história não passa da contemplação ponderada da história”. (Ibidem, p. 50). A filosofia se expõe na qualidade de admiradora da história. Hegel afirma que nesse ponto a humanidade se diferencia dos animais, pois ela é capaz de raciocinar e de se expressar filosoficamente.

Na história, o pensamento está subordinado aos dados da realidade, que mais tarde servem como guia e base para os historiadores. Por outro lado, afirma-se que a filosofia produz suas ideias a partir da especulação, sem levar em conta os dados fornecidos. Se a filosofia abordasse a história com tais ideias, poder-se-ia sustentar que ela ameaçaria a história como sua matéria-prima, não a deixando como é, mas moldando-a conforme essas ideias, construindo-a, por assim dizer, a “*priori*” (Ibidem, p. 51).

Há uma contradição entre filosofia e história, pelo fato de a filosofia trabalhar com a especulação e a história, com fatos. Segundo Hegel, conseqüentemente são feitas tais acusações contra a filosofia, e a defesa dessa é provar para a história que certas especulações estão pautadas na razão, que se torna base de todo o seu pensamento filosófico. “O único pensamento que a filosofia traz para o tratamento da história é o conceito simples de Razão, que é a lei do mundo e, portanto, na história do mundo as coisas aconteceram racionalmente.” (Ibidem, p. 50). Hegel acredita em uma filosofia racional e em um mundo composto por seres que agem racionalmente. A razão torna-se o conteúdo inacabado da verdade, ou seja, o verdadeiro poder eterno e absoluto é a razão.

O estudo da ciência deve fundar-se em sua crença na razão, acreditando que a inteligência não se situa no mundo do acaso, mas se expressa na luz da racionalidade. Entretanto os estudos históricos do mundo devem demonstrar que a história conservou-se racionalmente, ou seja, apresentou sempre um curso racional orientado pelo espírito. “Espírito este cuja natureza é sempre a mesma, mas cuja natureza única se desdobra no curso do mundo. Este, como eu disse, deve ser o resultado da história.” (Ibidem, p. 53). A

história deve apresentar dados científicos e verídicos, sem fugir da realidade vivenciada na época. *“Em tudo o que se supõe ser científica, a Razão deve ser alerta e a reflexão deve ser aplicada. Para quem olha racionalmente para o mundo, o mundo olha de volta racionalmente”* (Ibidem, p. 54). A cientificidade se torna uma determinação para todas as pesquisas históricas, a crítica e a reflexão devem ser aplicadas aos acontecimentos para que o mundo proporcione em resposta acontecimentos racionais e explicativos.

Existem dois aspectos da razão citados por Hegel, características que já influenciam a história do mundo. *“O primeiro aspecto é o fato histórico do grego Anaxágoras, o primeiro a mostrar que a mente, a compreensão em geral ou a Razão, domina o mundo.”* (Ibidem, p. 54). De acordo com Hegel, é a razão que comanda o mundo, na natureza observa-se a presença da razão no sistema solar, nos planetas, na terra e nos homens. Para a humanidade isso parece acontecer normalmente, mas as coisas que parecem ser normais aos olhos humanos nem sempre existiram, é como se a razão tivesse dado origem a tudo e a todos.

O segundo ponto é a ligação histórica do pensamento de que a Razão governa o mundo com uma outra forma, bem conhecida para nós — a forma da verdade religiosa: o mundo não está abandonado ao acaso e a acidentes externos, mas é controlado pela *“Providência”* (Ibidem, p. 55).

Essa providência considerada divina que regula os acontecimentos históricos é a sabedoria atribuída de poder, com objetivos a serem realizados, sendo eles a razão absoluta da humanidade e a liberdade perfeita. Essa providência tem como alvo o cumprimento de um plano oculto, o qual a mente humana não é capaz de desvendar, tendo a humanidade, no máximo, hipóteses ou suspeitas do que possa ser a vontade do plano oculto da natureza. *“É verdade que em casos especiais se permite isso aqui e ali, quando as mentes piedosas enxergam em certos acontecimentos não apenas o acaso, mas a vontade de Deus.”* (Ibidem, p. 56). Hegel afirma que esses casos de mentes piedosas são específicos, e que a precedência deve ser enxergada de modo geral, analisando sua ação na história universal. Ao definir a razão, o autor aponta a ideia de história e sua compreensão, *“A questão de como a Razão é determinada em si e o que é a sua relação para com o mundo coincide com a questão: ‘qual é objetivo final do mundo?’”* (Ibidem, p. 60). Duas finalidades devem ser consideradas: primeiro, o conteúdo e a determinação do objetivo a ser realizado e, em segundo lugar, a compreensão do objetivo. De início observa-se que a história do mundo e da humanidade permanece sob o domínio do espírito.

A natureza não é considerada a pura razão, ela torna-se razão quando se relaciona com o espírito. *“O reino do Espírito abrange tudo, inclui tudo aquilo que alguma vez interessou ou interessará ao homem. O homem é ativo nele — seja o que for que faça, o homem é a criatura na qual o Espírito obra.”* (Ibidem, p. 60). Por isso a história é importante nos processos de conhecimento das relações entre espírito, natureza e humanidade. *“Aqui surge um interesse objetivo, que nos impressiona em dois aspectos: o do objetivo universal e o do indivíduo, que representa este objetivo. É isto que faz a história tão fascinante”* (Ibidem, p. 61). Os acontecimentos particulares na vivência de um indivíduo também são da vontade dos objetivos da natureza e, embora os resultados possam não agradar o particular, a vontade da natureza é cumprida em benefício da humanidade ao elevar a sociedade ao patamar de liberdade.

A ideia de liberdade de Hegel torna-se a expressão do espírito, que passa a existir quando é composto por liberdade, pois eles se complementam. *“A filosofia especulativa discerne o fato de ser a Liberdade à única verdade do Espírito.”* (Ibidem, p. 62). No estado perfeito os indivíduos alcançam a dependência, esta causa no indivíduo características próprias, pois ele passa a existir sem a dependência de algo extrínseco. O indivíduo *“[...] é a capacidade de discernir de sua própria natureza e, ao mesmo tempo, é a operação de chegar a si mesmo, de se mostrar, de tornar-se (realmente) aquilo que está em si (potencialmente).”* (Ibidem, p. 63). Com a liberdade o homem passa a ter a oportunidade de expressar seus potenciais. Os homens não sabem que podem ser livres e, por não o saberem, não reagem para conquistar a liberdade. Hegel afirma que a liberdade surgiu na Antiguidade, mas que nem todos participavam dela, pois os romanos possuíam escravos e a ideia de liberdade em Hegel firma-se em liberdade para toda a humanidade.

Quando todos atingirem a liberdade, o espírito alcançará seu objetivo final no mundo. *“A Liberdade em si é o seu próprio objetivo e o propósito único do Espírito”* (Ibidem, p. 65). A vontade e o propósito do espírito é de lapidar a humanidade para que ela alcance a liberdade, ponto principal da ação do espírito. Os meios para a compreensão da história filosófica são apontados por Hegel em três aspectos: primeiro, *“A ideia e o indivíduo”*, segundo, *“O indivíduo como sujeito da história”* e, por último, *“O indivíduo como objeto da história.”* *“Uma primeira olhadela na história nos convence de que as ações dos homens emanam de suas necessidades, suas paixões, seus interesses, suas qualidades e seus talentos”*. (Ibidem, p. 65). As principais ações dos homens são ditadas pelo cumprimento de seus desejos e prazeres no mundo, consistindo, literalmente, na

motivação que o homem tem para reagir, como se o indivíduo apenas se levantasse de seu conforto para agir em prol de realizações que beneficiem sua vida. *“E assim entram dois elementos em nossa investigação: o primeiro, a Ideia, e depois, o complexo das paixões humanas”*. (Ibidem, p. 69). Entretanto as particularidades das práticas dos indivíduos dão o impulso para o sucesso das leis universais, pois cada indivíduo, embora pense estar realizando suas paixões, apenas cumpre um destino mais vasto preparado pelo espírito universal.

Enquanto a humanidade não tiver a consciência da universalidade, o espírito não alcançará seus objetivos, pois apenas quando a sociedade chegar ao fim e atingir sua liberdade tais objetivos serão cumpridos. Neste sentido encontram-se objetivos apenas nas particularidades do corpo social. *“A Ideia tem dentro de si a determinação de sua autoconsciência de atividade”* (Ibidem, p. 71). No entanto, ainda que as ideias dos homens determinem suas ações, o espírito utiliza tais ações para alcançar seu objetivo final, que é a liberdade total da sociedade. Nesse sentido, o homem passa a ser o sujeito da história, pois, mesmo as ações particulares sendo tão pequenas diante da universalidade proposta por Hegel, elas sempre estarão ligadas à totalidade. *“Observe-se que eles também são seres pensantes inteligentes. Seus objetivos estão entrelaçados a reflexões gerais e essenciais da lei, do bem, do dever etc.”* (Ibidem, p. 75). O indivíduo, ao cumprir seus deveres em sociedade, passa a contribuir também para as leis gerais do espírito. *“Cada indivíduo tem a sua posição, ele em geral sabe o que é um procedimento justo e honrado”*. (Ibidem, p. 75). Os deveres dos homens são ditados pela sua posição na sociedade, eles cumprem seu papel, estarão executando as vontades das leis da natureza e sendo parte da história enquanto sujeitos que caminham para a liberdade.

A essência de uma relação moral está na natureza substancial que o dever indica. Assim, a natureza da relação entre os filhos e os pais está apenas no dever de comportar-se de acordo ou, para mencionar-se um relacionamento legal — se devo dinheiro a alguém, tenho apenas de agir segundo a lei e a natureza desse relacionamento e devolver o dinheiro (Ibidem, p. 76).

Hegel afirma que as criações dos homens influenciam sua conduta, ou seja, a história de vida dos pais influenciará a criação de seus filhos, o que determinará suas posições de pensamentos e ações no tempo. Desse modo, o indivíduo cria uma personalidade que influencia a história da humanidade. A ética vai sendo formada na figura do homem que passa a separar o certo do errado. *“Não podemos tratar aqui da posição de indivíduos dentro do conjunto moral e seu dever e comportamento moral. Estamos*

preocupados com o desenvolvimento do Espírito, com o seu avanço e a sua ascensão a um conceito sempre mais elevado de si”. (Ibidem, p. 77). O particular tem tudo a ver com o universal, sendo que as particularidades devem ser analisadas, mas a preocupação mais importante de Hegel é com as ações dos homens que estão sempre influenciando o rumo do desenvolvimento da humanidade. Nesse momento a importância da ação do espírito sobressai em relação à ação dos indivíduos.

César, ao lutar pelo seu trono, estava realizando sua vontade e seu desejo de permanecer no poder. Mas Hegel afirma que, se não fosse César, outro o faria e, assim, conseqüentemente, ele não fez sua vontade, apenas cumpriu as exigências do tempo e da época. *“O mesmo acontece com todos os grandes indivíduos históricos — seus objetivos pessoais contêm a vontade essencial do Espírito do Mundo”*. (Ibidem, p. 78). Acredita-se que o indivíduo passa a ser o sujeito da história para cumprir os objetivos do espírito, tornando-se assim o homem objeto do espírito. O particular causa influências na história, mas se apresenta como algo pequeno em relação à grandeza do universal. O desejo e a satisfação dos homens são muitas vezes sacrificados e deixados sob a tutela das forças naturais. *“O homem é um fim em si, apenas por virtude do divino que há nele — aquilo que de início designamos como Razão ou, até onde vão sua atividade e poder de autodeterminação, Liberdade.”* (Ibidem, p. 82). É no homem que o espírito realiza seus desígnios, é na humanidade que Hegel acredita haver razão, pois a liberdade proposta por ele só é alcançada por meio da racionalidade. *“A lei universal não foi projetada para os indivíduos como tais, que podem realmente se encontrar como grandes perdedores. Mas pela expressão “ideal” também se pode entender o ideal da Razão, do bom e do verdadeiro”* (Ibidem, p. 84). Nesse aspecto, a razão passa a ser mais importante do que o fracasso dos indivíduos, pois não altera os objetivos da natureza, apenas contribui para eles. Os homens não acreditam que contribuem para a história universal. *“Tudo isso, a respeito dos meios que o Espírito do Mundo usa para realizar o seu conceito. Dito de modo simples e abstrato é a atividade dos sujeitos em quem a Razão está presente como essência substancial em si, mas ainda obscura e oculta para eles”*. (Ibidem, p. 86). O que Hegel quer dizer é que o espírito usa os homens, que possuem a racionalidade, para cumprir seus desígnios. Conclui-se que o sujeito da história não são os indivíduos, mas o espírito universal. O conjunto ou o grupo de pessoas são compostos por indivíduos de que o espírito necessita para o cumprimento do seu plano, e aqueles que são excluídos desse conjunto são vistos pelo espírito como seres sem utilidade. Para Hegel a humanidade

alcançaria, no final, a razão absoluta e, quando tudo pudesse ser explicado racionalmente, a sociedade teria cumprido seus objetivos. A caminhada até a razão dá-se de modo trabalhoso, pois o homem vai progredindo aos poucos para alcançar sua razão absoluta e a liberdade proposta pela razão.

Considerações finais

Em suma, tanto Hegel quanto Kant se apresentam como filósofos que se interessam pela história e ambos acreditavam em um processo longo e duradouro da sociedade para alcançar a liberdade, a razão e um estado perfeito. Segundo Kant, a humanidade seria capaz de alcançar uma constituição política ideal e, de acordo com Hegel, a razão e o espírito forneceria à humanidade o caminho para a liberdade. São ideias similares, mas não idênticas, pois Hegel adota uma via mais filosófica e complexa, enquanto Kant pensa pelo lado político da história, apontando um Estado com uma constituição perfeita. Ambos acreditavam na ação de um plano oculto que age por meio da sociedade, a qual caminha na direção desejada pelo espírito e as leis naturais, não pela vontade do indivíduo, que não seria capaz de elevar a sociedade à perfeição e liberdade.

Referências:

- BARROS, J. **Teoria da História - os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- HEGEL, G. **A Razão na História: uma Introdução Geral à Filosofia da História**. São Paulo: Centauro, 2004.
- KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- TERRA, R. In: KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.